



CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022

Cartaxo, 27 de março de 2023



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top and a smaller one at the bottom.

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022

INTRODUÇÃO

De acordo com o estipulado no Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo, a Mesa Administrativa apresenta o Relatório e Contas, respeitante ao exercício de 2022, acompanhado do Parecer do Definitório, para conhecimento e análise dos digníssimos Irmãos, com vista à votação em Assembleia Geral.

Relativamente ao exercício em apreciação, confirmamos os elementos e informações que os serviços administrativos da Instituição facultaram para análise, designadamente no que respeita às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 da Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo, que apresenta um Ativo Líquido de 3.671.618,65 euros e um total de Fundos Patrimoniais de 1.891.081,47 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 258.175,32 euros.

No exercício económico em análise, a Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo realizou um total de Rendimentos de 2.413.605,97 euros e de Gastos 2.671.781,29 euros.

O Resultado Líquido do período, ou seja, depois dos gastos de depreciação e amortização, que totalizaram em 2022 o valor 109.680,69 euros, é negativo em 258.175,32 euros e a Mesa Administrativa propõe que o mesmo seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

É com grande preocupação que a Mesa Administrativa apresenta este Relatório e Contas referente ao ano de 2022. As exigências financeiras dos gastos foram, uma vez mais, superiores às receitas angariadas, o que se reflete de forma muito grave na capacidade da tesouraria da Instituição.

Acreditámos que seria possível em 2022, por força da menor severidade da doença Covid-19, equilibrarmos as nossas contas de acordo com a realidade que se regista neste setor de atividade. Infelizmente, fomos uma vez mais duramente atingidos pela escalada inflacionista que deitou por terra todo e qualquer esforço de contenção nos gastos da Instituição.

É com um profundo lamento, relativamente à falta de apoios do Estado, mas também do Município do Cartaxo, que a Mesa Administrativa se apresenta nesta Assembleia Geral. Ainda assim temos feito um enorme esforço no sentido de não fugirmos ao compromisso social, bem como à Missão que estabelecemos para a N/ Instituição e que consiste em **apoiar, melhorar e dignificar as condições de vida de todos os que necessitam.**

Temos vivido meses de grande angústia, face à exiguidade dos nossos recursos financeiros, mas também pelo facto de continuarmos a assistir a uma tremenda passividade dos N/ representantes nas justas reivindicações que deveriam ser dirigidas ao Governo, para um maior apoio às instituições do terceiro setor, com particular destaque para aquelas que se dedicam especialmente à terceira idade.

Só a grande capacidade dos trabalhadores da Misericórdia do Cartaxo é que tem permitido ultrapassar muitas das dificuldades e continuar a garantir a qualidade dos serviços. Acreditem, tem sido um esforço quase indizível para conseguirmos manter intacta a Visão e a Missão da Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo.

Quando olhamos para o ano de 2022, constatamos que os acréscimos referentes às receitas pouco mais são do que paliativos para a doença que o aumento brutal dos custos provocou nas Instituições de Solidariedade Social.

O Governo bem pode fazer alarde dos milhões entregues ao setor, mas de concreto e no que diz respeito à Misericórdia do Cartaxo as comparticipações do Instituto da Segurança Social apenas aumentaram 66 mil euros de 2021 para 2022, ou seja cerca de 10 por cento. Já, por contraponto, os custos com as mercadorias e com os serviços externos da N/ Instituição aumentaram 16,5 por cento, ou seja, gastámos mais 150 mil euros em 2022 do que em 2021.

Só como exemplo podemos referir que a eletricidade em 2022 custou mais 90 por cento do que em 2021 e o gás mais 40 por cento do que em igual período. Note-se que, só estas duas rubricas, com um aumento global de 66 mil euros, absorveram totalmente o aumento da comparticipação da Segurança Social aos nossos utentes.

Assim, a Misericórdia do Cartaxo continua a ter apenas 24 por cento das suas receitas garantidas pela Segurança Social. Ou seja, 590 mil euros num total de 2,4 milhões de euros de receitas.

É esta a nossa realidade e tem sido esta a principal razão da perda de sustentabilidade da maioria das instituições particulares de solidariedade social. O Estado está a contribuir ativamente para a criação de um imenso défice no setor social, fruto da exígua compensação pelas consecutivas atualizações do salário mínimo, mas também pelos brutais aumentos verificados nos bens e produtos, sem esquecer o setor dos serviços externos que não podemos prescindir de proporcionar aos nossos utentes.

Em dezembro de 2021, foi assinado um novo Pacto para o Setor Social em que o Estado assume a responsabilidade de 50 por cento dos custos dos nossos utentes. No nosso caso precisamos, com muita urgência, que o Estado olhe com muita atenção para os 26

JF
R.
A.

por cento em que o Estado nos está a falhar para conseguirmos continuar a cuidar dos nossos utentes.

Continuamos, assim, a viver dias de grandes dificuldades, fruto da Pandemia e agora também da Guerra em que a Europa mergulhou. O tsunami que atingiu as instituições dedicadas à terceira idade teve uma primeira onda em 2020 e 21, e quando todos pensávamos que o pior já tinha passado, eis que somos atingidos por onda inflacionista que nos voltou a submergir.

Em 2022, juntaram-se os resquícios da crise pandémica com uma enorme inflação, sem que o Estado tenha tido capacidade de compensar as instituições na justa medida do aumento dos seus gastos.

A Mesa Administrativa continua a acreditar que, apesar de todas as dificuldades que estamos a viver, será possível continuar a Missão que a Instituição abraçou. Para isso é vital que encontremos uma entidade bancária que aceite partilhar connosco o esforço de encetarmos uma reestruturação dos nossos créditos, de forma a conquistarmos mais tempo e mais liquidez para iniciarmos os investimentos na Casa de Santa Cruz. São esses investimentos no aumento da capacidade da ERPI da Casa de Santa Cruz que possibilitarão no curto e médio prazo tornar constantes os aumentos das receitas da Misericórdia.

Assim, a Mesa Administrativa continua a pedir o empenho de todos, especialmente dos trabalhadores da Misericórdia, a quem aproveitamos para endereçar um agradecimento especial, na certeza de que são estes profissionais os responsáveis por levarmos a cabo a nossa nobre missão. Para todos eles vai o nosso muito obrigado, especialmente pela dedicação que continuam a colocar no seu trabalho.



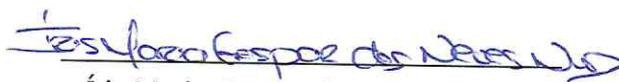
Para os voluntários, homens e mulheres de Misericórdia, que continuam a servir com dedicação e sacrifício pessoal a nossa Instituição, um agradecimento sincero da Mesa Administrativa.

Obrigado pelo vosso trabalho em prol da Misericórdia do Cartaxo...

A Mesa Administrativa



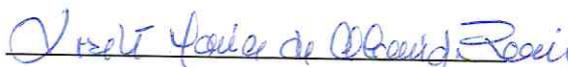
Jorge Luciano Gonçalves Nogueira



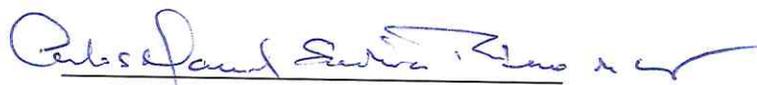
Íris Maria Gaspar das Neves Nunes



Eduardo Manuel Samina Lopes



Lisete Maria Almeida Pereira



Carlos Manuel Sardinha Ribeiro Cruz



SANTA CASA MISERICÓRDIA DO CARTAXO

EXERCÍCIO DE 2022

GASTOS		São João				Outras Atividades				TOTAL
Contas	Descritivo	ERPI - LSJ	Centro de dia	Serviço de Apoio Domiciliário	Residências	ERPI - CSC	Cantina Social	Administração		
61	Custo Mercadorias	155 769,60 €	3 054,70 €	85 059,81 €	21 461,81 €	88 781,30 €	9 009,94 €		363 137,16 €	
62	Fornec. Ser. Externos	379 654,80 €	4 596,31 €	71 070,28 €	49 100,54 €	200 422,57 €		14 240,83 €	719 085,33 €	
63	Gastos c/ Pessoal	762 618,94 €	15 387,02 €	154 778,63 €	61 996,43 €	437 241,63 €			1 432 022,66 €	
64	Gastos Dep. Amort	81 328,35 €				28 352,34 €			109 680,69 €	
68	Outros gastos e Perdas	1 231,85 €	0,00 €	302,79 €	196,49 €	8 338,68 €		13 528,41 €	23 598,22 €	
69	Gastos perdas Financiam							24 257,24 €	24 257,24 €	
	Total Custos	1 380 603,54 €	23 038,03 €	311 211,51 €	132 755,27 €	763 136,52 €	9 009,94 €	52 026,48 €	2 671 781,29 €	
RENDIMENTOS										
Contas	Descritivo									
71	Vendas								0,00 €	
72	Prest. Serviços	600 334,56 €	5 139,20 €	151 457,10 €	131 878,50 €	642 601,74 €		1 279,00 €	1 532 690,10 €	
75	Sub. Doac. Leg. Exploraç	454 303,03 €	8 188,81 €	163 020,42 €			5 220,00 €	43 647,56 €	674 379,82 €	
76	Reversões								0,00 €	
78	Outros Rend. E Ganhos	109 399,96 €	0,00 €	0,00 €	5 913,60 €	20 531,78 €		70 438,14 €	206 283,48 €	
79	Juros, dividendos e outros Rendim.							252,57 €	252,57 €	
	Total Proveitos	1 164 037,55 €	13 328,01 €	314 477,52 €	137 792,10 €	663 133,52 €	5 220,00 €	115 617,27 €	2 413 605,97 €	
	Resultado	-216 565,99 €	-9 710,02 €	3 266,01 €	5 036,83 €	-100 003,00 €	-3 789,94 €	63 590,79 €	-258 175,32 €	

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO CARTAXO

[Handwritten signature]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2022

Índice

Demonstrações Financeiras	3
Balço	4
Demonstração de Resultados	5
Demonstração de Alterações dos Fundos Patrimoniais	7
Demonstração de Fluxos de Caixa	9
Nota às demonstrações financeiras	10
1. Identificação da Entidade	11
a. Dados de identificação	11
2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras	11
a. Referencial contabilístico utilizado	11
3. Principais Políticas Contabilísticas	12
a. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras	12
b. Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras	15
c. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte)	15
4. Activos Fixos Tangíveis	
a. Divulgação para cada classe de activos tangíveis, conforme quadro seguinte:	16
5. Activos Fixos intangíveis	17
8. Financiamentos obtidos	17
9. Inventários	18
10. Vendas e serviços prestados	18
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	18
12. Subsídios do governo e outros apoios	19
14. Fundos Patrimoniais	20
15. Activos não Correntes Detidos para Venda	20
16. Instrumentos Financeiros	21
c. Quantia escriturada de cada uma das categorias de activos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de activos e passivos	
17. Benefícios dos empregados	23
a. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas	23
b. Benefícios de Empregados e Encargos da Entidade	24

18.	Outras Informações.....	24
a.	Outras divulgações exigidas por diplomas legais.....	24
b.	Outras divulgações que achamos serem relevantes para melhor compreensão dos Resultados.....	24

[Handwritten signature]

Demonstrações Financeiras

Balanço

SANTA CASA DA MISERICORDIA DO CARTAXO

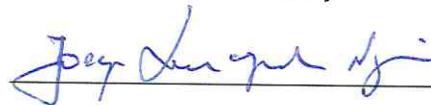
Balanço em

31/dez/2022

RUBRICAS	Notas	Datas	
		2022	2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	3 194 552,95	3 243 325,82
Activos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	16	17 100,21	15 566,04
Outros creditos e activos não correntes	15	92 550,00	92 550,00
		3 304 203,16	3 351 441,86
Activo corrente			
Inventários	9	15 591,72	13 685,56
Creditos a receber	16	83 043,78	84 998,39
Adiantamentos a fornecedores	16	1 535,04	1 813,36
Estado e outros entes públicos	16	8 180,07	3 869,04
Outros activos correntes	16	207 145,61	202 971,30
Diferimentos	16	22 085,77	36 961,16
Caixa e depósitos bancários	16	29 833,50	107 087,36
		367 415,49	451 386,17
Total do ACTIVO		3 671 618,65	3 802 828,03
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	14	1 317 848,58	1 317 848,58
Resultados transitados	14	320 332,83	574 241,92
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	12	511 075,38	526 289,30
Resultado líquido do período	14	(258 175,32)	(253 909,09)
Interesses minoritários			
Total dos Fundos patrimoniais	14	1 891 081,47	2 164 470,71
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	626 701,00	711 900,00
		626 701,00	711 900,00
Passivo corrente			
Fornecedores	16	193 776,99	125 237,83
Adiantamento de clientes	16	136 120,96	161 444,35
Estado e outros entes públicos	16	194 494,65	65 226,16
Financiamentos obtidos	8	231 110,87	223 765,57
Outros passivos correntes	16	277 967,87	267 059,17
Diferimentos	16	120 364,84	83 724,24
		1 153 836,18	926 457,32
Total do Passivo		1 780 537,18	1 638 357,32
Total dos fundos patrimoniais e do Passivo		3 671 618,65	3 802 828,03

A Direcção

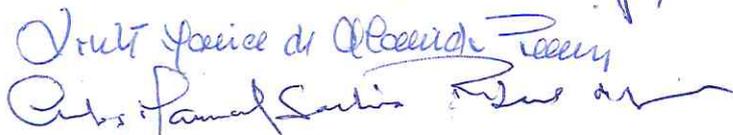
O Contabilista Certificado











Demonstração de Resultados

SANTA CASA DA MISERICORDIA DO CARTAXO
Demonstração de Resultados em

31/dez/2022

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	Períodos	
			2022	2021
Vendas e serviços prestados	+	10	1 532 690,10	1 415 105,44
Subsídios, doações e legados à exploração	+	12	674 379,82	608 082,70
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	+/-		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	+/-		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	+		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	9.1	(363 137,16)	(308 691,48)
Fornecimentos e serviços externos	-	18	(719 085,33)	(623 957,29)
Gastos com pessoal	-	17	(1 432 022,65)	(1 412 648,31)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-/+		0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	11	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	-/+		0,00	0,00
Outras imparidades	-/+	15	0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-		0,00	0,00
Outros rendimentos	+	18	206 283,48	217 283,05
Outros gastos	-	18	(23 598,22)	(17 503,90)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		(124 489,96)	(122 329,79)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	4.5	(109 680,69)	(113 811,93)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		(234 170,65)	(236 141,72)
Juros e rendimentos similares obtidos	+	18	252,57	20,76
Juros e gastos similares suportados	-	18	(24 257,24)	(17 788,13)
Resultado antes de impostos	=		(258 175,32)	(253 909,09)
Imposto sobre rendimento do período	-/+		0,00	0,00
Resultado líquido do período	=		(258 175,32)	(253 909,09)
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período				
Resultado líquido do período atribuível a: (2)				
Detentores de capital da empresa-mãe	+/-			
Interesses minoritários	+/-			
Resultado por acção básico	=		0,00	0,00

A Direcção

O Contabilista Certificado

João Augusto Soares

Isis Pereira Lopes dos Santos

[Assinatura]

João Paulo Manuel Semimadofes
João Lourenço de Almeida Pereira
Carlos Manuel Semimadofes

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

SANTA CASA DA MISERICORDIA DO CARTAXO

Demonstração individual das alterações nos Fundos Patrimoniais no período 2021

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores										Total	Ingressos monetários	Total fundos patrimoniais	
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos intangíveis	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período						
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	1	1 317 848,58				917 571,23					549 329,16	(309 090,23)	2 489 656,74		2 489 656,74
Primeira adoção de novo referencial contábilístico													0,00		0,00
Alterações de políticas contábilísticas													0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos líquidos intangíveis e intangíveis													0,00		0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos líquidos e intangíveis e respectivas variações													0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos													0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais													0,00		0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2											309 090,23	(51 278,94)		(51 278,94)
RESULTADO EXTENSIVO	3											(253 909,09)	(253 909,09)		(253 909,09)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	4=2+3											55 181,14	(305 188,03)		(305 188,03)
Fundos													0,00		0,00
Subsídios, doações e legados													0,00		0,00
Outras operações													0,00		0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	5	1 317 848,58	0,00	0,00	0,00	574 241,92	0,00	0,00	0,00	526 289,30	0,00	(253 909,09)	2 184 470,71	0,00	2 184 470,71

A Direção

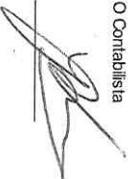
O Contabilista

Foro de... per... NY

Ass. de... Esp... de... de...

Serviço de... de... de...

Dr. de... de... de...



SANTA CASA DA MISERICORDIA DO CARVALHO
Demonstração individual das alterações nos Fundos Patrimoniais no período 2022

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores										Total	Impressos minoritários	Total fundos patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período					
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022		1 317 848,58	0,00	0,00	574 241,92	0,00	0,00	526 259,30	(253 909,09)	2 164 470,71	0,00	2 164 470,71	0,00	2 164 470,71
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	6													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7	0,00	0,00	0,00	(253 909,09)	0,00	0,00	(15 213,92)	253 909,09	(15 213,92)	0,00	(15 213,92)	0,00	(15 213,92)
RESULTADO INTEGRAL	8								253 909,09	(15 213,92)	0,00	(15 213,92)	0,00	(15 213,92)
OPERAÇÕES COM DEVEDORES DE CAPITAL NO PERÍODO	9=7+8								(258 175,32)	(258 175,32)	0,00	(258 175,32)	0,00	(258 175,32)
Fundos									(4 266,23)	(273 389,24)	0,00	(273 389,24)	0,00	(273 389,24)
Subsídios, doações e legados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	10	1 317 848,58	0,00	0,00	320 332,83	0,00	0,00	511 075,38	(258 175,32)	1 891 081,47	0,00	1 891 081,47	0,00	1 891 081,47
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	11=6+7+8+10													

A Direcção

O Contabilista Certificado

Fernando José de Jesus

Fernando José de Jesus

Benedito Manuel Semimundo Lopes

Director Técnico de Administração e Recursos Humanos

Demonstração de Fluxos de Caixa

SANTA CASA DA MISERICORDIA DO CARTAXO

Exercício: 2022

Rúbricas	Notas	2022	2021
Recebimentos de Clientes e utentes		1 737 163,93	1 630 470,11
Pagamentos a Fornecedores		-1 080 735,19	-975 862,88
Pagamentos ao Pessoal		-948 970,62	-964 043,28
Caixa geradas pelas operações		-292 541,88	-309 436,05
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional		322 351,82	118 310,41
Fluxos das actividades operacionais (1)		29 809,94	-191 125,64
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-23 758,91	-15 651,40
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		20,76	20,76
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos das actividades de investimento (2)		-23 738,15	-15 630,64
Fluxos de caixa das actividades de financiamento(2)			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		0,00	325 000,00
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		28 959,02	10 601,67
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-80 630,74	-33 164,67
Juros e gastos similares suportados		-24 544,92	-12 610,92
Amortiz contratos locação financeira		-7 109,01	-13 156,02
Reduções de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de actividades de financiamento (3)		-83 325,65	276 670,06
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-77 253,86	69 913,78
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		107 087,36	37 173,58
Caixa e seus equivalentes no fim do período		29 833,50	107 087,36

A Direcção

O Contabilista Certificado

João Augusto

[Assinatura]

Três foras George dos Santos

João do Carmo Samuel Lopes

*Directora da Unidade Técnica
Célia Paula Santos*

Handwritten notes and signatures in the top right corner.

Nota às demonstrações financeiras

1. **Identificação da Entidade**

a. **Dados de identificação**

Designação da entidade: Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo

Sede social: Rua do Progresso, nº 45 – 2970-085 Cartaxo

Nif: 501118888

Página da internet: www.scmcartaxo.pt

Natureza da actividade Actividades de apoio social a pessoas idosas

2. **Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras**

a. **Referencial contabilístico utilizado**

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, o qual que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

Aviso nº8259/2015, de 29 de Julho (Norma contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo: NCFR-ESNL

Portaria nº218/2015, de 23 de Julho (Código de Contas específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo: CC-ESNL;

Portaria nº 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às entidades do sector não lucrativo).

Sempre que a NCRF-ESNL não responda a aspectos particulares que se coloquem em matéria de contabilização ou relato financeiro das transacções ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu preenchimento impeça o objectivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade recorre, tendo em vista tão somente a superação dessa lacuna supletivamente e pela ordem indicada:

Às NCRF e Normas Interpretativas (NI)

Às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), adoptadas ao abrigo do Regulamento nº166/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho

Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações (SIC e IFRIC)

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- ✓ Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- ✓ Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- ✓ Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- ✓ Compensação

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- ✓ Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2022 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2021.

3. Principais Políticas Contabilísticas

a. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- ✓ Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- ✓ Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transacções.

✓ Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de activos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados no item de activos fixos tangíveis.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de "activos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

Os activos fixos tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto á imparidade sempre que exista uma indicação de que um activo possa estar em imparidade.

✓ Imparidade

A empresa avalia se existe alguma indicação de que um activo possa estar em imparidade no final de cada exercício. Se existir, a empresa estima a quantia recuperável do activo (que é a mais alta entre o justo valor do activo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhece nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados (a não ser que o activo esteja escriturado pela quantia revalorizada, caso em que é tratado como acréscimo de revalorização) e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

✓ Activos intangíveis

À semelhança dos activos fixos tangíveis, os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respectiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios

económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de activos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha recta em conformidade com o respectivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contractos que os estabelecem. O gasto com amortizações de activos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica de " Gastos/Reversões de depreciação e amortização". Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um activo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o activo é desreconhecido.

✓ Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

A evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem á atenção sobre os seguintes eventos de perda:

Significativa dificuldade financeira do devedor;

Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;

Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;

Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de activos financeiros desde o seu reconhecimento inicial;

✓ Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo".

✓ Fornecedores e outras contam a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

✓ Estado e Outros Entes Públicos

Os valores contidos referem-se a responsabilidades reais da empresa para com as entidades fiscais tais como: Taxa Social Única, Retenções de IRS. Não existem dívidas fiscais, nem Impostos em atraso por liquidar.

- ✓ Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Entidade.

- b. Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras**

Os Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras foram as seguintes:

- c. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte)**

As estimativas são baseadas no melhor reconhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

- ✓ Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de activos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item "Outras variações nos capitais próprios", são transferidos numa base sistemática para resultados á medida em que decorrer o respectivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios á exploração destinam-se á cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados á medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio

4. Activos Fixo Tangível

Os activos tangíveis apresentam vidas úteis finitas.

As amortizações dos activos intangíveis estão reflectidas na Demonstração dos Resultados por Naturezas na linha denominada "Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização".

a. Divulgação para cada classe de activos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e no fim do período que mostra separadamente as adições, as alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações encontra-se no quadro seguinte:

Activos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
			Terrenos	Edifícios							
Em 01/10/2021	Quantias brutas escrituradas	355 678,92	370 093,18	3 710 377,63	1 084 882,80	151 653,65	118 303,63		80 017,30	9 677,38	5 820 660,49
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(1 242 565,08)	(1 003 209,30)	(128 874,58)	(114 223,19)		(79 618,52)		(2 568 490,67)
	Quantias líquidas escrituradas	355 678,92	370 093,18	2 467 812,55	81 673,50	23 779,06	4 085,44	0,00	398,76	9 677,38	3 212 198,81
Adições					5 842,16		2 956,88		33 197,40	2 942,50	44 939,94
Revalorizações											0,00
Transferências											0,00
Reclassificações / Transferência para Prorrogamentos											0,00
Alienações, sinistros e abates											0,00
Outras alterações											0,00
Depreciações				(79 362,86)	(17 674,16)	(14 179,06)	(1 557,14)		(1 018,71)		(113 811,93)
Perdas por imparidade/Outras alterações											0,00
Em 31/12/2021 (01/01/2022)	Quantias brutas escrituradas	355 678,92	370 093,18	3 710 377,63	1 090 724,98	151 653,65	121 265,51	0,00	113 214,70	12 619,88	5 925 628,43
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	(1 321 947,94)	(1 020 893,46)	(143 053,65)	(115 780,33)	0,00	(80 637,23)	0,00	(2 682 302,61)
	Quantias líquidas escrituradas	355 678,92	370 093,18	2 388 429,69	69 841,50	8 600,00	5 485,18	0,00	32 577,47	12 619,88	3 243 325,82
Adições			19 690,00	37 195,50	2 942,88		0,00		1 089,44	0,00	60 907,82
Revalorizações											0,00
Transferências											0,00
Reclassificações / Transferência para Prorrogamentos											0,00
Alienações, sinistros e abates											0,00
Outras alterações											0,00
Depreciações				(80 126,74)	(18 963,20)	(8 600,00)	(816,47)		(1 174,28)		(109 680,69)
Perdas por imparidade/Outras alterações											0,00
Em 31/12/2022	Quantias brutas escrituradas	355 678,92	369 773,18	3 747 573,13	1 093 667,84	151 653,65	121 265,51	0,00	114 304,14	12 619,88	5 936 538,25
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	(1 402 074,88)	(1 039 846,66)	(151 653,65)	(116 599,80)	0,00	(81 811,51)	0,00	(2 791 985,30)
	Quantias líquidas escrituradas	355 678,92	369 773,18	2 345 498,25	59 821,18	0,00	4 665,71	0,00	32 492,63	12 619,88	3 194 552,95

As adições mais significativas referem-se a reparações na ala Norte do Lar S.João no valor de 37.195€.

5. Activos intangíveis

As bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta encontram-se descritas no ponto "Activos Fixos Tangíveis" O mesmo acontece com os métodos de depreciação e vidas úteis utilizadas.

Activos intangíveis	Projectos de desenvolvimento			Propriedade industrial					Activos intangíveis em curso	Totais
	Gerados internamente	Outros	Programas de computador	Marcas comerciais	Cabecinhos e títulos de publicações	Licenças e franquias	Receitas, fórmulas, modelos, concepções e protótipos	Copyrights - patentes e outros direitos de propriedade industrial, direitos de serviços e operacionais		
Em 01/01										
2021	Quantias brutas escrituradas			19 650,50	649,89					20 300,39
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas			(19 650,50)	(649,89)					(20 300,39)
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	130,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130,94
Adições										
Revalorizações										0,00
Transferências										0,00
Reclassificações para activos não correntes										0,00
Alienações, sinistros e abates										0,00
Outras alterações										0,00
Amortizações				(130,94)						(130,94)
Perdas por imparidade										0,00
Em 31/12										20 300,39
2021	Quantias brutas escrituradas	0,00	0,00	19 650,50	649,89	0,00	0,00	0,00	0,00	20 300,39
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	(19 650,50)	(649,89)	0,00	0,00	0,00	0,00	(20 300,39)
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adições				0,00						0,00
Revalorizações										0,00
Transferências										0,00
Reclassificações para activos não correntes										0,00
Alienações, sinistros e abates										0,00
Outras alterações										0,00
Amortizações										0,00
Perdas por imparidade										0,00
Em 31/12										0,00
2022	Quantias brutas escrituradas	0,00	0,00	19 650,50	649,89	0,00	0,00	0,00	0,00	20 300,39
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	(19 650,50)	(649,89)	0,00	0,00	0,00	0,00	(20 300,39)
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

8. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a decomposição da rubrica de empréstimo é a seguinte

Descrição	2022	2021
Descoberto Bancario (CGD)		
Empréstimo bancário curto prazo	231 110,87	223 765,57
Empréstimo bancário ML prazo	626 701,00	711 900,00
Totais	857 811,87	935 665,57

Os juros relativos aos empréstimos bancários totalizam o valor de 24.166,99€

Os empréstimos bancários a MLP referem-se aos contratos com o Novo Banco que terminará em 01/2025, com o Montepio que terminará em 01/2026 com o FCE Bank que terminou em Dez de 2021 e com o BPI que termina em Ago de 2023. Em Agosto de 2019 foi celebrado um contrato para aquisição de uma viatura nova no valor de 34.400,00€. que terminara em Agosto de 2023. A C/Corrente com o NB tem um saldo em 31/12/2022 no valor de 155.000,00€.

O Empréstimo do Novo Banco 0770078119 foi objecto de moratória desde Abril 2020. O prazo do término deste empréstimo passou de 07/2022 para 01/2025.

Foi contraído junto do Montepio uma linha de apoio social no valor de 500.000,00€, tendo sido utilizados ate 31/12/2022 a sua totalidade. A sua amortização começará em 03/2023

9. Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas pelo seu valor de aquisição acrescido das demais despesas acessórias de compra até á sua entrada em armazém.

É utilizado o sistema de inventário permanente na movimentação dos stocks.

Descrição	2022	2021
Matérias primas	8 634,32	7 736,15
Materiais diversos	6 957,40	5 949,41
Totais	15 591,72	13 685,56

9.1 Demonstração do custo das Matérias Consumidas em 31 de Dezembro de 2022.

Descrição	2022	2021
Inventario inicial	13 685,56	13 389,60
Compras	365 043,32	308 987,44
Inventario final	15 591,72	13 685,56
Totais	363 137,16	308 691,48

10. Vendas e serviços prestados

Repartição do valor líquido das prestações de serviços. Os valores referentes ao Lar de S.João e Casa St.Cruz dizem respeito a mensalidades. O valor inscrito em "outros" refere-se o valor mais relevante (66.603,45€) a comparticipação de utentes.

Descrição	2022	2021
Prestação serviços-Lar S.João	822 205,91	730 259,76
Prestação serviços-Casa St.Cruz	642 601,74	608 258,43
Outros/quotas/comparticipações	67 882,45	76 587,25
Totais	1 532 690,10	1 415 105,44

11. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

As dívidas de clientes/utentes mantem o nível de 2021 (80.000€) sendo que um dos utentes tem uma dívida antiga superior a 39.780€. Existe a perspectiva de exercer um direito (garantia) da SCMC sobre um imóvel desse utente.

Descrição	Saldo inicial	Reforço/Utilizacao	Saldo final
Perdas por imparidade			
Em clientes/utentes	5 501,31	0,00	5 501,31
Totais	5 501,31	0,00	5 501,31

12. Subsídios do governo e outros apoios

Os subsídios á exploração são reconhecidos na Demonstração de Resultados na parte proporcional dos gastos suportados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de activos fixos tangíveis e intangíveis são registados no Fundos Patrimoniais e reconhecidos na Demonstração de Resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respectivas dos activos subsidiados. No exercício de 2022 foi reconhecido como rendimento o valor de 17.039,86€. Os subsídios não reembolsáveis relacionados com resultados, que ascendem a 639.188,26€, correspondem às participações mensais efectuadas pela SS para o exercício de 2022. Estão por receber participações que ascendem a 187.000,00€.

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			2022						2021					
			Demonstração dos resultados			Balanço			Demonstração dos resultados			Balanço		
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos próprios (Outras variações no capital próprio)	Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos próprios (Outras variações no capital próprio)	Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar	
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com activos	Subsídios	17 039,86	526 289,30				17 039,86	529 289,30					
		Subtotais	0,00	17 039,86	526 289,30	0,00	0,00	0,00	17 039,86	529 289,30	0,00	0,00		
	Subsídios relacionados com resultados	Subsídios	639 188,26					556 405,86						
		Doações	35 191,56					51 676,84						
	Subtotais	674 379,82	0,00	0,00	0,00	0,00	608 082,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Reembolsáveis	...													
	Subtotais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Totais			674 379,82	17 039,86	526 289,30	0,00	0,00	608 082,70	17 039,86	529 289,30	0,00	0,00		

Os subsídios reconhecidos nos Fundos Próprios desdobram-se como segue:

Descrição	Entidade	2022	2021
Projecto ampliação Lar S.João	PIDADAC	297 137,15	306 722,15
Remodelação Lar S.João	FSE-S.SOCIAL	134 186,30	141 641,18
Inalentejo	FEDER	0,00	1 848,00
Fundacao La Caixa		3 673,96	
Totais		434 997,41	450 211,33

14. Fundos Patrimoniais

Descrição	2022	2021
Fundos Patrimoniais		
Fundos	1 317 848,58	1 317 848,58
Resultados Transitados	320 332,83	574 241,92
Outras Variações Fundos Patrimoniais	511 075,38	526 289,30
Resultado Líquido Período	-258 175,32	-253 909,09
Totais	1 891 081,47	2 164 470,71

15. Outros créditos e activos não correntes

Mantém a autorização e a expectativa de venda das propriedades pelo valor líquido contabilizado. Esta autorização foi actualizada pela Acta de 24 de Setembro de 2018.

Para o imóvel da “Pedreira” foi constituída uma imparidade de 4.500.00€

Descrição	Valor aquisição	Dep.acumuladas	Aut.venda	Imparidades	Venda	Valor Liq.contabilístico
Prop.Urbana Vale da Pinta	60 000,00	2 700,00	54 000,00	3 300,00		54 000,00
Pedreira	23 800,00	0,00	17 400,00	4 500,00	0,00	19 300,00
Rua Nova Soares	25 000,00	5 750,00	54 000,00	0,00		19 250,00
Totais	108 800,00	8 450,00	125 400,00	7 800,00	0,00	92 550,00

16. Instrumentos Financeiros

a. As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço

Cientes

Activo	2022	2021
Cientes		
Cientes c/corrente	83 043,78	84 998,39
Cientes cobrança duvidosa	5 501,31	5 501,31
Sub total	88 545,09	90 499,70
Perdas por imparidade	5 501,31	5 501,31
Totais	83 043,78	84 998,39
Passivo	2022	2021
Cientes		
Adiantamento de clientes	136 120,96	161 444,35
Totais	136 120,96	161 444,35

Estado e outros entes públicos

No período de 2022 foi foram recebidos 7.732,04€ de reembolso de IVA (alimentação). Falta receber 5973,15€.

Activo	2022	2021
Imposto sobre o Rendimento		
Retenções Imposto sobre Rendimento		
IVA	8 180,07	3 869,04
Outros imposto		
Totais	8 180,07	3 869,04
Passivo	2022	2021
Imposto sobre o rendimento	7 569,35	9 383,49
Contribuições para a seg.social	48 314,83	54 963,94
Contribuições para a seg.social(Acordo)	137 866,64	0,00
Outros (FCT)	743,83	878,73
Totais	194 494,65	65 226,16

Fornecedores

Activo	2022	2021
Adiantamentos a fornecedores	1 535,04	1 813,36
Totais	1 535,04	1 813,36

Passivo	2022	2021
Fornecedores		
Fornecedores c/c	193 776,99	125 237,83
Totais	193 776,99	125 237,83

Outros activos correntes

Activo	2022	2021
Feder/Inalentejo	0,00	0,00
ISS, IP-Centro distrital	189 664,25	186 257,01
Outros	17 481,36	16 714,29
Totais	207 145,61	202 971,30

Os valores a receber da Segurança Social referentes a participações estão reflectidos no quadro abaixo.

Descrição	Valor
Saldo 2012	4 895,01
Participações 2013 a receber	(1 284,00)
Participações 2014 a receber	14 475,00
Participações por receber 2016	33 098,00
Participações por receber 2017	30 302,00
Participações por receber 2018	33 401,00
Participações por receber 2019	34 752,00
Participações por receber 2020	33 448,00
Participações por receber 2021	(4 554,00)
Participações por receber 2022	10 113,00
Totais	188 646,01

Outros passivos correntes

Os valores das remunerações a liquidar referem-se a estimativas de férias, subsídios de férias e encargos.

Passivo	2022	2021
Fornecedores imobilizado	0,00	0,00
Remunerações liquidar	202 338,44	197 658,52
Adiantamento de clientes	0,00	0,00
Outros	75 629,43	69 400,65
Totais	277 967,87	267 059,17

Disponibilidades

Activo	2022	2021
Caixa	1 527,31	955,43
Depositos á Ordem	28 306,19	106 131,93
Outros depositos Bancarios	0,00	0,00
Totais	29 833,50	107 087,36

Diferimentos

Activo	2022	2021
Seguros	6 150,69	9 031,05
Rouparia	3 731,23	3 302,87
Outros	12 203,85	24 627,24
Totais	22 085,77	36 961,16

Passivo	2022	2021
Subsidio IEFP	0,00	2 420,50
Rendas	894,00	934,00
Apartamentos Lar S.Joao	54 583,28	64 916,66
Rubis	10 887,56	8 832,92
Diversos	54 000,00	6 620,16
Totais	120 364,84	83 724,24

O valor mais significativo relativo ao "Lar S.João" diz respeito ao diferimento do valor de 2 vivendas, as vivendas 6 e 2 com inicio em 2021 e 2019 respectivamente. Os valores foram diferidos por 5 anos.

Outros Activos Financeiros

Outros Activos Financeiros compreende as entregas feitas ao Fundo de Compensação do Trabalho

Activo	2022	2021
Outros Activos Financeiros	17 100,21	15 566,04
Totais	17 100,21	15 566,04

17. Benefícios dos empregados

a. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Descrição	Nº Medio pessoas	Nº Horas trabalhadas
Pessoal ao serviço da instituição	105	203280
Pessoas remuneradas	105	203280
Pessoas a tempo completo	105	203280
Pessoas ao serviço da empresa por sexo		
Masculino	5	9680
Feminino	100	193600
Totais		203280

b. Benefícios de Empregados e Encargos da Entidade

Descrição	2022	2021
Gastos com o pessoal		
Remunerações pessoal	1 150 763,40	1 135 523,04
Encargos sobre remunerações	252 371,25	249 169,26
Seguros acidentes trabalho	23 034,46	23 618,89
Outros gastos com pessoal	5 853,54	6 604,49
Indemnizações	0,00	-2 267,37
Totais	1 432 022,65	1 412 648,31

18. Outras Informações

a. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

i) Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

b. Outras divulgações que achamos serem relevantes para melhor compreensão dos Resultados

i) Fornecimentos e serviços externos

Breves considerações ao mapa referente aos FSE

Nesta rubrica houve um aumento significativo dos combustíveis (45.000€) e da electricidade (33.000€) em relação ao ano de 2021 que se deve á conjuntura económica que estamos a passar. Com a execução do Plano de Contingência Covid, nos gastos Covid tivemos uma diminuição de gastos de cerca de 9.000,00€ em relação ao ano de 2021.

É sempre uma rubrica pesada porque a prestação de serviços de limpeza e o gasto com produtos de energia, combustíveis e reparações, pelo grande património que a SCMC, tem sempre uns custos muito elevados.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Fornecimentos e serviços externos		
Descrição	2022	2021
Subcontratos		
Trabalhos especializados	38 492,79	29 155,16
Publicidade e propaganda	246,00	246,01
Vigilância e segurança	1 355,57	2 220,01
Honorários	369,00	565,80
Comissões	6 150,00	0,00
Conservação e reparação	49 892,00	47 592,82
Ferramentas e utensilio	2 602,47	1 663,86
Livros e documentação técnica	129,89	0,00
Material de escritório	4 591,85	4 286,81
Outros	6 081,28	5 272,04
Electricidade	70 587,47	37 199,29
Combustíveis	148 268,84	103 200,91
Água	24 717,10	21 180,02
Deslocações e estadas	743,31	447,10
Rendas e alugueres	0,00	0,00
Comunicação	8 801,84	8 331,66
Seguros	8 611,99	11 017,56
Contencioso e notariado	66,90	0,00
Limpeza higiene e conforto	191 546,79	179 857,29
Sub-total	563 255,09	452 236,34
Outros serviços		
Rouparia	5 609,46	8 544,66
Encargos de saúde c/utentes	12 756,76	12 662,29
Fraldas	34 491,07	32 480,89
Encargos c/serviços médicos	19 097,61	19 185,39
Medicamentos	10 671,65	9 666,22
Serviços de fisioterapia	28 906,54	30 343,28
Outros	17 821,14	23 613,82
Plano contingencia Covid	26 476,01	35 224,40
Projecto adaptar social +	0,00	0,00
Sub-total	155 830,24	171 720,95
Totais	719 085,33	623 957,29

ii) Outros rendimentos

Descrição	2022	2021
Alienações	0,00	0,00
Sinistros	0,00	0,00
Rendas	43 635,00	43 755,00
Correções relativas a anos anteriores	9 007,64	12 906,42
Subsídios	18 575,92	17 039,86
Reembolsos-medc/fraldas/div	80 089,21	70 566,24
Outros	54 975,71	73 015,53
Totais	206 283,48	217 283,05

iii) Outros gastos

Descrição	2022	2021
Impostos	93,15	193,63
Taxas	9 248,09	9 007,01
Alienações	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Correções relativas exerc.anteriores	12 902,10	8 235,30
Quotizações	770,00	50,00
Outros	584,88	17,96
Totais	23 598,22	17 503,90

iv) Juros e gastos similares suportados

Descrição	2022	2021
Juros financiamento	24 257,24	17 788,13
Totais	24 257,24	17 788,13

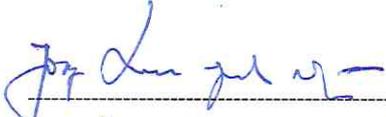
v) Juros e rendimentos similares obtidos

Descrição	2022	2021
Juros de depositos	252,57	20,76
Totals	252,57	20,76

Situações ocorridas após 31 de Dezembro de 2022

Os tempos inflacionistas vividos em 2022 depois de anos de turbulência levam-nos a ser cautelosos nas perspetivas para o ano de 2023. Nesse sentido preveem-se dificuldades acrescidas para o ano de 2023 .

A Direcção



José Maria Gaspar dos Reis

O Contabilista Certificado





SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO CARTAXO
RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO 2022
PARECER DO DEFINITÓRIO

De acordo com a alínea c), do artigo 31, do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo, damos o seguinte parecer:

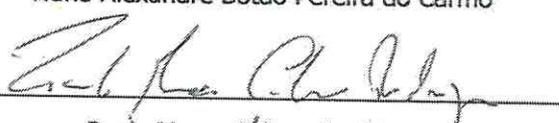
- 1 – Analisámos o Balanço e Demonstração de Resultados do exercício de 2022, assim como as demonstrações financeiras da contabilidade e concluímos que toda a documentação consultada se encontrava correta.
- 2 – Os esclarecimentos por parte da direção a todas as questões suscitadas, permitiu-nos a sua melhor avaliação, pelo que damos um parecer positivo às contas apresentadas, propondo-se a aprovação.
- 3 – O Resultado Líquido do exercício é negativo em duzentos e cinquenta e oito mil cento e setenta e cinco euros e trinta e dois cêntimos, propondo-se a sua distribuição para a conta de Resultados Transitados do exercício.

Cartaxo, 28 de Março de 2023

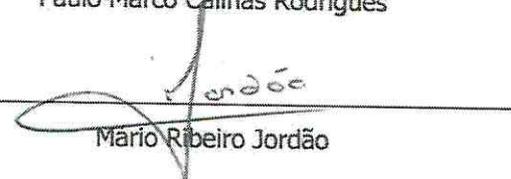
O Definitório



Nuno Alexandre Botão Pereira do Carmo



Paulo Marco Calinas Rodrigues



Mário Ribeiro Jordão

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo, (adiante também designada por SCMC ou Santa Casa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 3 671 619 euros e um total dos fundos patrimoniais de 1 891 081 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 258 175 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Santa Casa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme divulgado na nota 14 do Anexo às demonstrações financeiras, os fundos patrimoniais da SCMC a 31 de dezembro de 2022, ascendem a 1 891 081 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 258 175 euros (em 2021 o resultado foi negativo em 253 909 euros), tendo as demonstrações financeiras sido preparadas numa ótica de continuidade. O acumular de resultados negativos, poderão causar constrangimentos na atividade da SCMC, nomeadamente em termos de liquidez, que poderão ser mitigados, no futuro, com um equilíbrio dos resultados de exploração da SCMC.

Conforme divulgado nas notas 11 e 16 do Anexo às demonstrações financeiras, a 31 de dezembro de 2022, as rubricas de “Créditos a receber” (utentes) e “Outros ativos correntes” (Segurança Social) integram um conjunto de saldos com antiguidade significativa, nos montantes de cerca de 50 000 euros e de cerca de 179 000 euros, respetivamente, que denotam alguma dificuldade de cobrança. É entendimento da Mesa Administrativa da Santa Casa, que estes saldos são substancialmente recuperáveis, pelo que entende que não existe necessidade de constituição de uma imparidade, associada a algum risco de incobrabilidade destes créditos, para além da que se encontra contabilizada. Relativamente a estes ativos salientamos ainda que: (i) no caso dos “Créditos a receber” (utentes) devem ser implementadas diligências que permitam, para a dívida de um dos Utentes, salvaguardar os direitos da SCMC através da possível execução de um imóvel pertencente a esse utente; e (ii) no que respeita às participações em dívida pela Segurança Social, relativas ao período de 2012 a 2021, estão em curso reuniões/negociações com os Serviços da Segurança Social, mantendo a expectativa que a generalidade destes montantes são também recuperáveis.

Não fomos habilitados com a resposta ao nosso pedido de confirmação de saldos e outras informações da entidade bancária Caixa Geral de Depósitos, relativamente à qual efetuámos procedimentos alternativos com resultados satisfatórios.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

É da responsabilidade do órgão de gestão: (i) a preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) a elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) a avaliação da capacidade da Santa Casa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Santa Casa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

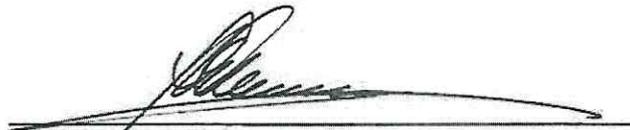
A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Santa Casa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- (iv) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Santa Casa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Santa Casa descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Lisboa, 29 de março de 2023



João Guilherme Melo de Oliveira,
(ROC nº 873, inscrito na CMVM sob o nº 20160494)
em representação de
BDO & Associados - SROC